

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO AO PREGÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES.**

REF.: RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023

A empresa, COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA, CNPJ:10.740.070/0001-30, com sede No Córrego do Puaia, Zona Rural, Irupi/ES, através de seu representante legal infra-assinado, devidamente constituída, Gedeão Nascimento Mendes, RG: 15839903 SSPMG, CPF: 120.167.357-75, brasileiro, Empresário e endereço na R. Francisco Augusto de Castro,461, Quilombo, Iúna/ES, devidamente qualificado no presente processo conforme verifica-se do Termo de Credenciamento constantes nos autos do processo em tela, tempestivamente, vem, em atenção a decisão da Ilustríssima Senhor Pregoeiro na sessão do certame realizada aos 11 dias do mês de julho do ano de 2023, vem, à presença de Vossa Senhoria, com todo respeito e acatamento devido, a fim de interpor, devidamente qualificado no presente processo, para, tempestivamente, interpor estas

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão deste digno pregoeiro proferida na ATA do Certame licitatório que INABILITOU a empresa recorrente, **por suposta desvinculação do instrumento convocatório, quando ao item 9.25, do termo de referência, vindo perante vossa senhoria para apresenta recurso, sempre pelo** zelo pelos princípios constitucionais, o Princípio da Legalidade, Princípio da isonomia, Princípio do julgamento objetivo, Princípio da Razoabilidade, Princípio da

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

Proporcionalidade e Princípio da Economicidade e Eficiência conforme demonstraremos os motivos do inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

Logo, na hipótese de não reforma da decisão recorrida, requer que seja o presente recurso recebido e encaminhado ao PREFEITO MUNICIPAL DE IRUPI/ES, na forma do art. 71, da Lei Federal nº 14.133/21.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Iúna, 14 de julho de 2023.

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

Gedeão Nascimento Mendes

CPF/MF nº 120.167.357-75

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

**DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA
EMPRESA COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA**

REF.: RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023

ILUSTRE PREGOEIRO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPIES.

I – PRELIMINARES

O Ilustre Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Irupi. O respeitável julgamento das razões recursais ora interposto, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa ora RECORRENTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, observando-se os princípios norteadores das Licitações Públicas, a saber o princípio da isonomia, da formalidade, da legalidade e em especial o princípio do julgamento objetivo da licitação, onde a todo o momento demonstraremos nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

As razões recursais ora apresentadas merecem ser apreciadas, tendo em vista que trás a baila o entendimento majoritário do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como o entendimento da Colenda Corte de Contas da União sobre o temo ora discutido.

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

INTRÓITO

Cumpre estabelecer, inicialmente, que a licitação é um procedimento administrativo prévio a todos os contratos da Administração, devendo tal procedimento ser a regra e não a exceção. Encontrando, fundamento legal no art. 37, inciso XXI da Carta Magna. Ressalta-se, que o objetivo da licitação é a **busca da proposta mais vantajosa dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com o Poder público**, bem como garantir a **isonomia das contratações públicas**.

A modalidade ora escolhida para a realização deste certame foi a **PREGÃO Presencial**, com o escopo de ampliar a competitividade e consequentemente aumentar as oportunidades de participação e ter como resultado a redução de despesas contratando com quem ofertar a proposta mais vantajosa que atenda aos anseios desejados.

No mesmo sentido, o Ministro Relator Eros Grau menciona na ADI 3070/RN:

*“(...) 3. A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da Isonomia. Está voltada a um **duplo objetivo**: o de proporcionar à*

*Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso o melhor negócio e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem em igualdades condições, a contratação pretendida pela Administração. (...). A função de licitar é a de **viabilizar, através da mais ampla disputa**, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. (...).*

Por essas razões faz-se necessário que as indagações e alegações **aqui expostas sejam analisadas e processadas**. Caso, as mesmas não sejam acolhidas, **que sejam motivadamente respondidas, com observância no Direito Constitucional de Petição, disposto na Carta Magna**.

Assim, vale mencionar os ensinamentos do doutrinador José Afonso da Silva. Vejamos:

“É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação”.

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

1. DAS RAZÕES DO RECURSO.

Apreciando o Item exposto abaixo, cabe-nos dissertar sobre as irregularidades gritantes e sem sentido no mesmo.

Ocorre que, conforme ata lavadra no dia 11/07/2023, a senhor pregoeiro, decidiu declarar a empresa COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA, CNPJ:10.740.070/0001-30, por suposto descumprimento aos requisitos previstos no anexo 1 do edital, item 9.25.

Da inabilitação da empresa da recorrente

A inabilitação da recorrente aconteceu pela não apresentação de uma certidão que atestasse que os índices contábeis apresentado estão dentro do limite exigido pela administração, ressaltamos que as demais documentação exigidas para fins de qualificação econômica foram apresentadas, portanto que as declaração a qual causou a inabilitação da recorrente trata – se informação complementar e nesta senda passamos a desmostrar de que recorrente deve sua inabilitação de forma precosse, primeiramente a análise se faz nos itens 9.12 e 9.12.1 do edital.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência** (art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021), para:

9.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e **desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame**; e

O edital traz como excepcionalidade a apresentação de novo documento para se complementar ou apurar fatos existente, como é caso da recorrente, pois os índices contábeis foram apresentados dentro do exigido em edital, os mesmos estão assinados por contabilista e autenticado na junta comercial.

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

Ainda neste esteio a declaração do item 9.25, é informação complementar, pois se tratar de informações sobre os índices econômico contabéis, devemos ressaltar que não se trata de nova documentação ou novas informações, a que traz a declaração já se faz consta no processo, portanto é fato preexistente.

Diante disto é pacífico o entendimento de que a recorrente poderia ou poderá apresentar a informação complementar exigida.

Ainda neste condão trago a essa peça recursal o Parecer em Consulta 00024/2022-8 – Plenário, TCES, realizado por essa municipalidade, que tem por conclusão acerca de apresentação de documentos complementares.

Vejamos:

4. CONCLUSÃO:

(..)

4.1. Não é possível, em procedimento licitatório, mediante diligência, a inclusão de documentos ou informações que atestem fatos anteriores à sessão pública. **Admite-se, contudo, excepcionalmente, a juntada posterior de documentos ou informações que apenas esclareçam ou complementem os já anteriormente apresentados e constantes dos autos**, configurando apenas falha de natureza meramente formal, nos termos em que dispõem o artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e os Princípios da Isonomia e da Igualdade, sob inteira responsabilidade da autoridade licitatória responsável, que é quem deverá avaliar se presentes os requisitos exigidos pelas normas referenciadas. (grifo nosso)

Ainda com base no parecer do TCES, trago as demais decisões da corte de contas em relação de novo documento de informação complementar

Vejamos:

“Do mesmo modo este Tribunal concluiu, **ao apreciar a possibilidade de juntada aos autos de documento complementar**, em procedimento licitatório, para sanear falhas meramente formais, não configurando, em tal caso, documentos novos, conforme Voto do Relator, no Acórdão TC nº 00880/2019-

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

3 2 , Processo TC nº 09873/2018-8, cujo trecho a seguir se transcreve: [...] Pois bem, analisando as justificativas apresentadas, verifico que não assiste razão ao representante com relação as supostas irregularidades apontadas, por entender que o pregoeiro e a equipe da Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim não afrontaram a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ao não exigir a comprovação da experiência anterior em serviços de características idênticas às do objeto do certame em questão, pois caso fosse exigida a comprovação anterior à execução dos serviços apresentaria uma cláusula restritiva de competitividade, na forma do artigo 30, inciso II, § 3º da Lei nº 8.666/93. Além disso, não vislumbro irregularidade com relação a diligência promovida pela Secretaria Municipal de Saúde, **bem como, na apresentação pela empresa [...] de documentação complementar para análise da proposta, pois, a solicitação realizada pela secretaria para apresentação de documentação complementar, que não configura documentos novos**, não afrontam o art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993[...]. Grifo nosso.

Assim também no Acórdão TC nº 00229/2019-8 3 , lavrado nos autos do Processo TC 07521/2018-8, **ocasião em que esta Corte decidiu que a proibição de juntada posterior de documentos não diz respeito a aqueles necessários a esclarecerem ou complementarem as informações apresentadas, tempestivamente, pelo licitante, mas sim, inéditas**, em clara ofensa ao artigo 43, § 3º, da Lei de Licitações, conforme trecho que a seguir se transcreve: [...] Conforme se depreende do dispositivo acima transcrito é facultado ao pregoeiro, à comissão de licitação ou á autoridade superior a realização de diligência objetivando reunir todas as informações necessárias a fim de tomar a melhor decisão. Desta forma, sempre que se entender necessário esclarecer ou complementar informações poderá ser determinada a diligência, em qualquer fase ou etapa da licitação. Importante destacar a última parte do § 3º, do artigo 43, uma vez que proíbe a utilização de diligência para oportunizar a inserção

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

de documento ou informação que deveria ter sido apresentada tempestivamente pelo licitante, e não o foi. Assim, caso os requisitos de habilitação e de julgamento das propostas estabelecidos no edital não sejam atendidos, o licitante deverá ser inabilitado ou a sua proposta deverá ser desclassificada. Tal vedação objetiva obstar que a Administração permita que o licitante inclua ou complemente uma informação que já deveria compor a proposta desde a sua apresentação, ou seja, os documentos e as informações posteriormente juntadas não podem corresponder a dados inéditos no certame, **devendo se limitar a esclarecer e a complementar as informações que já foram apresentadas tempestivamente pelo licitante**. Pois bem. Inicialmente é importante destacar que os próprios responsáveis admitem a realização de diligências para a comprovação de condições estabelecidas no edital, no entanto entendem que a sua realização estaria fundamentada no § 3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e não o afrontaria [...] Como se vê dos itens acima citados, a documentação deveria ser apresentada junto com a proposta do licitante e não o foi. Logo, fácil concluir que as diligências não foram realizadas para esclarecer ou complementar informações apresentadas tempestivamente pelo licitante. Ao contrário, tratava-se de documentação inédita, em clara afronta ao estabelecido no § 3º do art. 43 da Lei 8.666/93 Por todo o exposto, opina-se pelo provimento do recurso, no sentido de manter a irregularidade. (Grifo nosso)

O entendimento jurisprudencial desta Corte não destoa de recentes decisões do Tribunal de Contas da União, dentre elas, a proferida no Acórdão 1211/20215, lavrado pelo Plenário, nos autos do Processo nº 018.651/2020-8, conforme trecho que a seguir se transcreve: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. **Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente** à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, **sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação** e ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h", 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93 e no **art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais com os demais comprovantes de habilitação ou proposta, por equívoco ou falha**, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (Grifo nosso).

Portanto é plausível oportunizar que a recorrente apresente a declaração do item 9.25, por se tratar de documento complementar, pois seu teor irá tratar apenas em relação aos índices contábeis já apresentados, a declaração não trará informações inéditas, apenas informações acerca daquilo que já consta no processo, de forma a esclarecer a análise do índices contábeis, conforme Acórdão TC nº 00229/2019-8 3 – TCES.

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

“ocasião em que esta Corte decidiu que a proibição de juntada posterior de documentos não diz respeito a aqueles necessários a esclarecerem ou complementarem as informações apresentadas, tempestivamente(...)” (grifo nosso)

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer seja acolhida a preliminar arguida para conhecer do recurso da empresa tendo em vista que os motivos e as razões do recurso se mostram suficientes para reforma da decisão do pregoeiro.

Na eventualidade de ultrapassada a preliminar, o que não se espera que aconteça, quanto ao mérito pugnando assim esta recorrente:

- A) Que seja reformada a decisão do senhor pregoeiro e que seja oportunizado a recorrente a apresentação da declaração do item 9.25, por se tratar de informações que já constam nos autos.**
- B) Caso seja indeferido o pedido acima, solicitamos que os documentos de qualificação econômica da recorrente sejam diligenciados para o setor contábil, para análise do atendimento ao solicitado em edital acerca dos índices contábeis**
- C) Que empresa Adelson Gaburro Bortolon, seja declarada inabilitada além da cláusula apontadas pelo Srº Pregoeiro, mas também pelo não atendimento das cláusulas 9.26 e 9.27, conforme manifestação do corpo técnico de engenheiros ambientais da prefeitura, “não estando a pessoa jurídica Adelson Gaburro Bortolon apta a extrair e comercializar o**

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

saibro”, pois a mesma não tem licença ambiental e registro
junto a ANM.

Nestes termos

Pede Deferimento.

Irupi /ES, 14 de julho de 2023.

COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

Gedeão Nascimento Mendes